

Nas redes da informalidade: a integração dos refugiados sírios no Egito (2011-2019)

*Claudia Morgana Machado Oliveira**
*Andrea Maria Pacheco Pacífico Calazans***

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A fuga dos sírios, iniciada em 2011, com o conflito interno no país, gerou um abalo demográfico regional que tem desafiado a capacidade dos governos dos países acolhedores da região (Oriente Médio) e desafiado políticas de cooperação internacional. Mais de 13 milhões de sírios têm enfrentado o desgaste do deslocamento, que se concentra no circuito interno e regional. Aproximadamente 5,6 milhões desses refugiados têm-se instalado entre Turquia, Líbano, Jordânia, Egito e Iraque, desde o início do conflito sírio em 2011 (UNHCR EGYPT, 2019-20). O fluxo de sírios para o Egito se intensifica em 2011, pois o país, que já possuía um bom histórico de acolhimento de imigrantes árabes, continuou aberto para acolher os sírios (AYOUB, KHALLAF, 2014).

Desde a queda do presidente Hosni Mubarak após as manifestações de 2011, popularmente conhecidas como Primavera Árabe (SAID, 2014), o Egito experimentou instabilidades políticas e mudanças econômicas que afetou

* Mestre no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (RI); Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA); Universidade Estadual da Paraíba; João Pessoa – Paraíba - Brasil
Email: claudia.machado@aluno.uepb.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8843-7906>
<https://lattes.cnpq.br/8293158496115433>

** Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (RI) e da Graduação de RI; Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA); Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ0, CNPq, Nível 2); Universidade Estadual da Paraíba - João Pessoa – Paraíba – Brasil; Doutorado em Ciências Sociais - Sociologia (PUC/SP)
Email: apacifico@servidor.uepb.edu.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2744-7166>
<http://lattes.cnpq.br/8712438126090355>

a chegada dos refugiados sírios no país. No contexto de disputas internas, em junho de 2012, a irmandade muçulmana vence, com Mohamed Morsi, que permanece no poder até julho de 2013. Em junho de 2013, Morsi é deposto e o regime muda. Em 2014, Abdel el Fattah El-Sisi vence as eleições. (MAHMOUD, 2017; AYOUB, KHALLAF, 2014).

As tendências de chegada e registro dos sírios no país variaram de acordo com o conflito em desenvolvimento na Síria e as mudanças políticas no Egito. Os sírios começaram a chegar ao Egito no final de 2011 e a taxa de chegada atingiu seu pico em abril de 2013, estabilizando-se entre abril e junho do mesmo ano. Porém, cai, drasticamente, a partir de agosto de 2013, logo depois do novo regime. (MAHMOUD, 2017; AYOUB, KHALLAF, 2014).

Até julho 2013, qualquer cidadão árabe, que entrava no Egito, estava isento da exigência de visto antes da chegada no país. Os sírios recebiam seus vistos de turista no aeroporto, ao entrar no Egito; permissão essa válida entre três e seis meses e, quando vencia, os sírios teriam que ajustar seu status no Egito, estendendo seu visto de turista, obtendo uma autorização de trabalho, fornecendo prova de que estariam estudando ou contatando o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para solicitarem o visto de refugiado.

Com essa série de eventos ocorridos no país, a partir de 2013, as restrições de visto foram impostas a cidadãos árabes, incluindo sírios. Dessa forma, entrar no Egito se tornou cada vez mais difícil para os sírios, pois os órgãos estatais de segurança interna estavam preocupados com a possibilidade de grupos rebeldes sírios virem ao Egito para apoiar a (banida) Irmandade Muçulmana e, assim, agravar a situação de segurança (AYOUB, KHALLAF, 2014).

Essa percepção afetou negativamente os sírios que buscam refúgio no Egito. Os sírios que tentam entrar sem visto são colocados em centros de detenção e lá mantidos até que tenham condições de pagar pela passagem de saída do Egito. A situação legal dos sírios no país foi-se deteriorando, até ficar totalmente restrita e inviável a proteção legal, uma vez que já estivessem dentro do país, por medo de serem expulsos ou presos.

Conforme o Governo do Egito (GE), há mais de 500 mil sírios, registrados e não registrados, no ACNUR. Mas, esse número é incerto (UNHCR EGYPT, 2016). O ACNUR declara que o Egito havia registrado 132.871 sírios e que não há um número exato de refugiados não registrados no país. Esse cenário levanta perguntas sobre como é o processo de proteção deles e até que ponto, e como, eles estão integrados no país (UNHCR, 2019-20).

Os que já haviam entrado no país com permissões temporárias e vistos de turistas, agora vencidos, encontram dificuldade de renovar seus vistos, restando recorrer às medidas de sobrevivência e à vida na informalidade,

espalhados por cidades e comunidades do país, na sua maioria em Grande Cairo, Giza e Alexandria. (AYOUB, KHALLAF, 2014). Há um número considerável de sírios no Egito que não se registram no ACNUR, ou são rejeitados ou arquivados, e não há um número exato dos sírios não registrados, embora sejam a maior porcentagem da população de refugiados no Egito.

Na construção desse artigo, foi utilizado o conceito ampliado de refugiado, chamado de *'self-settled refugee'* (refugiado autoassentado, ou autoinstalado), desenvolvido por Karen Jacobsen, utilizado em seu artigo *Local Integration: The Forgotten Solution* para o *Migration Policy Institute*. A autora do artigo declara que os caminhos para a integração dos refugiados variam muito, de acordo com as circunstâncias. Alguns dos cenários de autoassentamento ou autoinstalação mais comuns “ocorrem quando os refugiados partilham com os agregados familiares locais ou estabelecem alojamento temporário e são assistidos por famílias locais ou organizações comunitárias” (JACOBSEN, 2012, p.24).

Os refugiados autoassentados, na perspectiva de Jacobsen (2012, p.4), não desfrutam *status* legal de refugiado no país de acolhimento, mas buscam seu estabelecimento no espaço e no tempo que lhes é proposto e criam os seus próprios meios para integrar-se social, econômica e culturalmente.

O ACNUR, embora reconheça a condição de refugiado desse grupo, não os alcança com proteção jurídica formal. Esses refugiados são frequentemente ativos na economia local, apesar das restrições legais a essas atividades.

Para analisar a situação do Cairo, utiliza-se o termo ampliado de *'self-settled refugee'* usado por Montaser (2019), ou seja, refugiados registrados e não registrados que compartilham o mesmo histórico socioeconômico de fazer suas próprias estratégias de enfrentamento para sobreviver, buscam seu próprio estabelecimento para integrar-se nas comunidades de acolhimento no país, quais sejam: solicitantes de refúgio com cartão amarelo, arquivo fechado, rejeitado, voluntariamente não registrado com baixa renda ou em condições de vulnerabilidade (JACOBSEN, 2006; MONTASER, 2019).

É importante também ressaltar que o conceito de 'autoassentamento' aqui utilizado trabalha tanto com um aspecto físico-espacial como simbólico do autoassentamento. Físico-espacial porque ele reflete o processo de infiltração espacial do refugiado sírio em busca de um local onde possa assentar-se, na luta por moradia em um local seguro, onde possa se estabelecer economicamente. Esses locais estão espalhados pela cidade e são encontrados pelos próprios refugiados através dos vínculos sociais anteriormente constituídos como: familiares, amigos, compatriotas e ONGs.

O aspecto simbólico, esta intrínseco na busca por uma integração que supra suas necessidades materiais, mas também sociais e emocionais. Está relacionado a uma busca inconsciente por pertencimento, pautado na

percepção que eles têm de que estão sob a incerteza, lidando diariamente com ‘acordos não escritos’, ou ‘barganhas invisíveis’ que precisam se submeter para garantir sua estadia e integrar-se localmente, mesmo provisoriamente (PUGH, 2018).

Se, por um lado, há um ‘senso’ perceptivo de que mesmo sendo um povo aceito e bem recebido pela maioria da sociedade civil egípcia, por outro, não são bem compreendidos e não tão bem-vindos pelo GE. Eles sabem que estão oficialmente desprotegidos devido a irregularidade documental e pelas mudanças políticas, sociais e econômicas do país, em um ambiente inseguro. E esse autoassentamento é guiado por esse senso.

Metodologicamente, a abordagem é transdisciplinar, utilizando-se de pesquisa documental bibliográfica e antropológica. A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022, na cidade do Cairo-Egito, onde atualmente se concentram cerca de 80% dos sírios autoassentados no Egito, especialmente na Comunidade 6 de Outubro.

A fase em campo se propôs a utilizar o método de inspiração etnográfica como observação participativa e diários de campo. Estar em campo contribuiu para ampliar a compreensão dessas estratégias diárias de enfrentamento, que se tornaram uma agência informal dos refugiados sírios, e que têm contribuído não somente para sua sobrevivência mas, também, para cidades e bairros de acolhimento no Egito.

Essa pesquisa demonstra que essas estratégias de enfrentamento, em geral informais, têm fortalecido o relacionamento e moldado mudanças sociais, políticas e econômicas na rotina das comunidades acolhedoras. Assim, estes refugiados, utilizando suas ferramentas práticas, têm fortalecido seu próprio processo de integração local no Egito.

Nessa linha, o artigo discute como essas estratégias de enfrentamento podem-se transformar em políticas, não só de ‘baixo para cima’ mas colaborativas, entre atores de várias esferas de poder e funções sociais, até os atores considerados ‘informais’ pela estrutura convencional de proteção que, nesse caso, configura-se na figura do GE (Governo Egípcio), ACNUR, agências e ONGs parceiras de implementação. E, também, observa como essa rede colaborativa ‘formal’ e ‘informal’, vem contribuindo com as medidas de proteção do ACNUR e do GE, por meio de um modelo comunicativo de redes (PACÍFICO, 2013) entre atores e agentes comunitários, legitimando essa integração.

Assim, o artigo é dividido em três partes: primeiramente descreve-se o processo de acolhimento dos sírios no Egito, entre 2011 e 2019 e as dificuldades enfrentadas nas comunidades locais. Em seguida, analisa-se como as estratégias de enfrentamento de pobreza e sobrevivência levaram os refugiados sírios autoassentados à uma integração local, contribuindo para mudanças socioeconômicas e políticas nas comunidades acolhedoras locais.

Por fim, discute-se os desafios e as consequências de um autoassentamento na informalidade e as inúmeras possibilidades que surgem a partir desse cenário. Conclui-se o texto apresentando os desafios da integração local no contexto Egípcio e sugerindo como esse quadro de informalidade pode ser revertido e potencializado, ao invés de discriminado e marginalizado, por meio da coordenação e da cooperação entre atores.

2 O PROCESSO DE ACOLHIMENTO DOS SÍRIOS NO CONTEXTO EGÍPCIO E O AUTOASSENTAMENTO (2011-2019)

A princípio o Egito recebeu os sírios com portas abertas, porém, o fato de o ex-presidente, Mohamed Morsi, ter os associado à Irmandade Muçulmana desencadeou uma série de retaliações contra os mesmos, que se intensificaram nos anos seguintes. A saída total do presidente Morsi do governo e a tomada do Regime opositor, do presidente Abdel El Fatat Al Sissi, foi o fator crucial para que os sírios passassem a ser vistos como “ameaças”.

Em seguida, as propagandas contra os sírios prejudicaram sua situação. A polícia começou a detê-los por supostamente apoiar a Irmandade Muçulmana. O ano de 2013 foi o que os sírios mais sofreram retaliações e violações dos direitos no Egito, como interceptações de barcos e maus tratos aos refugiados apreendidos; estratégias disfarçadas de deportações; prisões irregulares, entre outras, situações que deixou os refugiados em total vulnerabilidade e insegurança (MAHMOUD, 2017).

Com o novo regime, e a vitória de El-Sisi, medidas drásticas de restrições foram tomadas: mesmo permitindo os sírios permanecerem, o Egito passou por um processo de enrijecimento da sua ‘hospitalidade’, a partir de 2013.

A situação dos sírios se prolongou e sua permanência legal no Egito foi dificultada. As medidas de solução durável do GE não avançaram e, para Grabska (2006a), o que já era um problema endêmico no sistema Egípcio se agravou. De 2014 em diante, os sírios viram seus direitos cada vez mais diluídos no sistema local, levando-os a uma vida de marginalidade social, econômica e política.

O Egito não estabeleceu procedimentos domésticos para concessão de refúgio aos sírios. O principal instrumento legal que rege as relações de refugiados com o Estado é um Memorando de Entendimento (ME), de 1954, ou seja, um acordo entre o Governo do Egito (GE) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que divide os papéis e as responsabilidades de ambos. Nos termos do ME, o ACNUR é responsável por conduzir a determinação do status de refugiado (DSR), de acordo com as atribuições inclusas no mandato do ACNUR.

Em 1954, o Egito aderiu à Convenção dos Refugiados de 1951, ao Protocolo Relativo ao Estatuto do Refugiado e a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), de 1969, que expandiu a definição de refugiado no continente, incluindo como refugiados os que fogem de seu país por violações de direitos humanos, isso significa muito, quando analisamos a forma que o Egito viola o RIR.

O ACNUR, no Cairo, além de registrar o solicitante de refúgio, coordena a ação de parceiros operacionais para fornecer serviços comunitários e psicossociais para refugiados sírios. De acordo com seu mandato, o ACNUR deveria supervisionar; coordenar parceiros e operacionalizar a proteção do refugiado (TURK, 2002); coordenação essa que deveria potencializar a proteção legal, a assistência adicional de emergência e a habitação.

O ACNUR, contudo, enfrenta limitações políticas e outros desafios, como o alto influxo de refugiados e dificuldades para implementar o processo de DSR, de forma mais abrangente, assim, na prática, o serviço acaba limitado a um número muito restrito de refugiados (AYOUB, KHALLAF, 2014; MAHMOUD, 2017).

Como explicado, o ME descreve os procedimentos dos solicitantes de refúgio no país que são processados pelo ACNUR, agência competente para atender a alta demanda de solicitantes. Nesse quadro, somente uma pequena porcentagem consegue seu intento. Aqueles que se registram, recebem uma bolsa mensal do ACNUR, que prevê apenas o nível mínimo de subsistência. Aqueles que podem gerenciar suas despesas de subsistência por conta própria, frequentemente, não se registram. (UNHCR, 2019-20).

Uma vez registrados, os solicitantes recebem o “cartão amarelo”, o que lhes autoriza a permanecer no Egito sob a proteção do ACNUR. Esse cartão é temporário até a entrevista para a concessão de status de refugiado. Além disso, o cartão amarelo oferece benefícios aos solicitantes de refúgio e os ajuda a interagir legalmente com as autoridades egípcias. Assim, este status os protege de serem devolvidos à Síria (*refoulement*, princípio do regime internacional do refugiado) e permite obter autorização de residência temporária no país (HASSAN *et al.*, 2018; UNHCR, 2019-20).

O cartão amarelo permite também matricular crianças em escolas públicas e receber assistência médica e psicológica subsidiada das clínicas parceiras do ACNUR. Seus titulares são elegíveis para vale-alimentação e assistência financeira de EGP 300 (18.78\$) por família, com critérios para recebimentos (UNHCR, 2016).

A duração entre o recebimento do cartão amarelo e a entrevista de Determinação de Status de Refugiado varia e geralmente leva muito tempo, especialmente com o afluxo de refugiados. Os cartões amarelo e azul do ACNUR não concedem residência permanente no país: ao receberem o

cartão azul, eles devem registrar-se no Ministério das Relações Exteriores do Egito (MoFA) para obter o cartão carimbado com autorização de residência, que deve ser renovada a cada seis meses (BADAWY, 2008).

Esse processo burocrático e político torna-se negligente e obsoleto em muitos aspectos, levando os refugiados sírios, no contexto egípcio, a sobreviver sob uma névoa de ‘informalidade’, a princípio, e na ‘marginalidade’ intrínseca, na espera e provisoriamente quando a situação toma-se prolongada, buscando estratégias diárias para enfrentar um processo de integração no país de acolhimento.

2.1 Informalidade, marginalidade e estratégias de enfrentamento para sobrevivência

Como visto, uma série de mudanças políticas, econômicas e legais contribuem para que os refugiados estejam nesse ‘limbo’ de espera e incerteza. Para Montaser (2019), essa estrutura política desordenada e não assistida levanta problemas de longo prazo muito maiores. Desde o início (2011-2012), os refugiados sírios, incluindo-se os registrados com cartão amarelo, os não registrados, mesmo sendo diferenciados pelas condições legais, compartilham da mesma situação econômica e política, de insegurança, espera e provisoriamente (PASCUCCI, 2014).

Para lidar com a vulnerabilidade econômica e social, eles buscam comunidades acolhedoras locais, para se instalarem por conta própria, na maioria das vezes, em condições precárias e ilegais, concentrados em áreas urbanas do Cairo, Giza e Alexandria. Muitas dessas comunidades já se encontravam em péssimas condições estruturais para receber os sírios (MAHMOUD, 2017).

As estratégias de enfrentamento de refugiados rejeitados e documentados e não-documentados são muito semelhantes. Eles sofrem vários níveis de insegurança (GRABSKA, 2006a, 2006b). Em sua pesquisa de 2005, com refugiados em situação prolongada de refúgio, Grabska (2006a) revela que quase todos os entrevistados apontaram que esta insegurança afeta não apenas suas estratégias de subsistência diária, mas também seus bem-estar psicossociais; quadro este que não muda muito quando se trata dos sírios que vivem desde 2011 no Egito.

No Cairo, o sistema de apoio da família e o mecanismo de apoio à comunidade é o principal mecanismo pelo qual a maioria dos refugiados sobrevivem: “Refugiados dependem uns dos outros para compartilhar informações sobre habitação, notícias do ACNUR, autorizações de residência, problemas de detenção, empregos, oportunidades de educação e outros assuntos que os afetam” (GRABSKA, 2006a. p.298).

A estrutura legal insuficiente para atender o número de refugiados e as políticas ambíguas de acolhimento do Egito (NORMAM, 2017) deixam os refugiados em situação de ‘provisoriade’, imersos numa espera incerta e insegura, uma vez que vivem, como afirma Pascucci (2014), sob uma ‘política do presente’, emergindo, mais precisamente, da experiência afetiva e material de viver ‘vidas provisórias’.

Os refugiados sírios no Egito receiam perderem o pouco de estabilidade já conquistada, além de sofrerem com a incerteza e o desgaste do tempo de espera, a insegurança e, ainda, a perda de dignidade e humilhação (MAHMOUD, 2017; PASCUCCI, 2014; GRABSKA, 2006a). Um exemplo disso é que muitos declararam temer os procedimentos de renovação da autorização de residência, o que acentuou as irregularidades e a informalidade (MAHMOUD, 2017).

Direitos básicos, como moradia, transporte, saúde e educação têm sido precários devido à alta demanda, desde o início, porque o país já estava passando por intensas mudanças, tendo-se intensificado após 2013, quando essas mudanças afetaram ainda mais a situação dos refugiados sírios. Contudo, foi a falta de autorização para o emprego formal o principal estímulo para buscarem saídas informais e irregulares.

De acordo com o *Syrian Regional Refugee Response* (UNHCR, 2019), as maiores dificuldades que os refugiados sírios enfrentam ocorrem no acesso trabalho formal. De acordo com o último Relatório de Avaliação de Vulnerabilidades (UNHCR EGYPT, 2016-17), essa é uma das principais contribuições para a crescente vulnerabilidade, pois eles não têm permissão oficial de trabalho, além de outros tramites burocráticos que os impedem de obter diplomas e profissões reconhecidas no país (AZIZ, 2017; MONTASER, 2019).

Barreiras administrativas limitam o acesso a autorizações de trabalho, fazendo com que famílias refugiadas registradas e solicitantes de refúgio recorram a oportunidades de emprego informais, às vezes inseguras, exploradoras e até perigosas. A força de trabalho também inclui crianças que abandonam a escola para contribuir com a renda familiar. De acordo com UNHCR (2019-20) e UNHCR EGYPT (2016-17), 85% dos refugiados sírios são incapazes de prover suas necessidades básicas (UNHCR, 2019). Pequenas estratégias, como trabalhos informais e iniciativas de pequenos negócios familiares são saídas para complementar a renda básica, tanto dos refugiados que recebem auxílio do ACNUR, quanto dos que não recebem nenhuma ajuda.

As estratégias informais de sobrevivência na ‘invisibilidade’ foram tornando-se ação para transformação da sua realidade, conforme suas necessidades, para enfrentar a realidade nas comunidades locais, o que

Montaser (2019) declara como ‘estratégias cotidianas de resistência’ para contornar obstáculos estruturais. Grabska (2006) defende que essas estratégias se tornam eficazes para driblar a burocracia rígida e violadora e, também, para suprir as lacunas deixadas pelos programas e projetos vindos de ‘cima para baixo’, vindo dos atores convencionais (UNHCR, 2019-20).

Nesse processo, os sírios criaram estratégias para lidar com altos custos de aluguéis e problemas com contratos e exploração: muitas famílias sírias compartilham a moradia com outras famílias. Nas áreas habitacionais informais, a segurança é precária e muitos sírios precisam organizar-se via redes sociais.

Para Montaser (2019), essas redes, mesmo informais, proporcionam a conexão necessária entre as comunidades urbanas que se ajudam mutuamente. Essa articulação ameniza a intensidade da exploração do mercado imobiliário e destaca a solidariedade dessas redes sociais entre os sírios e o quanto elas têm contribuído com o processo de integração local.

A eficácia das redes sociais não se limita aos serviços de habitação, englobando também a oferta de oportunidades de emprego e acesso aos serviços. Para Yassen (2016), esses são “mecanismos informais adaptativos”, reações criativas às configurações institucionais formais e à exploração que surgem na rotina da sociedade acolhedora, que dificultam a vida dos refugiados.

Nesse contexto em que os residentes são excluídos dos direitos formais e, portanto, de muitas leis que regulam mercados de trabalho e sistemas de seguridade social, as redes informais se tornam inerentes às manobras cotidianas e estratégias “*do-it-yourself*” que lhes permitem acessar os serviços” (YASSEN, 2016, *apud* MONTASER, 2019).

A estratégia dos refugiados sírios de permanecer discretos e invisíveis, tanto do GE, e, em parte, da comunidade local, também é uma consequência do medo de serem identificados, discriminados ou devolvidos ao seu país de origem, principalmente para os que estão com a documentação irregular (MAHMOUD, 2017). Outra estratégia de invisibilidade para ganhar o sustento é por meio de negócios de pequena escala não licenciados. Por exemplo, caminhões de comida sírios ou vendedores ambulantes em áreas internas do Grande Cairo (MONTASER, 2019).

Segundo Montaser (2019), entidades informais paralelas são outra estratégia eficaz para os sírios irregulares e para muitos regularizados também. Muitos deles não conseguem manter os filhos na escola, recorrendo às escolas comunitárias, criadas pelos próprios sírios, para ajudar a suprir a demanda e superar a dificuldade de matrícula nas escolas egípcias;

para ajudar seus filhos com dificuldades na educação; ou para entender o currículo/dialetos egípcios em salas de aula superlotadas, por exemplo. As escolas comunitárias também oferecem uma oportunidade para professores sírios qualificados encontrarem emprego.

Em relação às autorizações de residência, conforme Montaser (2019), muitos sírios, cujas autorizações foram vencidas ou não possuem documentos oficiais para emitir residência ou cartão amarelo, preferem envolver-se em mercados clandestinos de documentos. Um mercado que tem crescido no Egito: com o fluxo de refugiados, o corretor recebe cerca de 100\$ por passaporte e mais de 250\$ por permissão de estudo e 500\$ por permissão de residência.

Aqui, também, considera-se o entrave dos limites legais e burocráticos confusos que não define critérios para o 'status de refugiado'. Assim, as práticas informais dos sírios criam a sua própria agência que redundam em mudanças políticas, sociais e econômicas locais, que proporcionam mudança social de 'baixo para cima' (*bottom-up*) articulada em uma rede horizontal com atores multidimensionais. É um paradoxo, já que atuam em espaços urbanos onde são atores sociais e políticos, mas não são cidadãos regularizados e muitos nem são considerados refugiados.

Montaser (2019) e Pascucci (2014) sugerem que a agência dos refugiados sírios e pobres urbanos marginalizados no Cairo já está sendo realizada pelas suas práticas de enfrentamento informal. Os limites legais e burocráticos entre cidadania e status de refugiado são confusos, o que revela que os sírios no Egito não estão esperando nem o GE nem o ACNUR para construir saídas para sua sobrevivência. Pelo contrário, enquanto continuam em uma situação instável de espera e provisoriamente, eles moldam essas práticas informais para criar a sua própria agência dinâmica e criativa, com o objetivo de garantir suas conquistas diárias. Porém, no caso dos sírios no Egito, são práticas discretas e invisíveis que vão transformando a comunidade a sua volta de baixo para cima, em espaços onde não são nem cidadãos e, para muitos solicitantes de refúgio, nem refugiados, embora sejam atores sociais e políticos.

Por isso, a agência dos refugiados sírios e pobres urbanos marginalizados no Cairo, que nasce dos seus atos de enfrentamento para suprir a necessidade (BAYAT, 2000), pode estender seus desdobramentos (ou efeitos) ao que Pascucci et al. (2004) se referem como "conscientização", que pode acontecer como uma espécie de práticas cotidianas por meio das quais refugiados estabelecem canais em que eles podem encontrar-se presencial ou virtualmente para se conectar e trocar conhecimentos e informações para suprir suas necessidades.

Montaser (2019) ainda destaca que essa conscientização, assim como a agência invisível dos sírios, não vem necessariamente em forma de organização de manifestações de resistências, para expressar desigualdades ou ativismo, especialmente no caso de refugiados sírios, que preferem um tipo de “agência oculta”.

Mesmo com toda complexidade, provisoriedade e incerteza da espera por soluções duráveis que os tire da marginalidade, as mudanças políticas vêm acontecendo no contexto dos sírios em situação prolongada de refúgio. Para Hassan *et al.* (2017), o Egito é um cenário propício para implementar um sistema de integração para além da informalidade, devido à mobilidade, às possibilidades de se autoestabelecerem dentro das comunidades locais e às similaridades culturais, religiosas e linguísticas que mediam essa integração.

Falta ao GE, ao ACNUR e às organizações parceiras de implementação do processo de acolhimento e integração local dos refugiados sírios no Egito, no entanto, observar e compreender essas dinâmicas que já estão trazendo soluções reais e perceberem as vantagens dessas estratégias de sobrevivência informais, utilizando o que já está implementado pelos próprios refugiados, ou seja, considerá-los como agentes de mudança que podem reverter sua presença irregular em regular e desenvolvimento local, para, juntos, todos os atores gerarem resultados mais eficazes e ampliem as soluções duráveis para um novo tipo de integração local (CRISP, 2004; MONTASER, 2019).

2.2 Os desafios da integração local no contexto egípcio

A integração local faz parte de uma das três soluções duráveis propostas pela estrutura criada pelo Acnur, que, no caso dos sírios, torna-se a mais viável para suas condições. O UNHCR (2021) conceitua a integração como “um processo complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. Além disso, impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe”, que culminarão na aquisição de nacionalidade.

Esse processo de integração é complexo e multifatorial, levando a discussão ao conceito tradicional de ‘cidadania’ e ‘nacionalidade’, em contraste com as necessidades contemporâneas, e com o conceito de ‘formal’ e ‘informal’, quando se trata do processo de identidade e subjetivação do sujeito (migrante e refugiado).

Alguns autores, como Isin (2008), Nyers (2010), Pacífico (2013) e Castles *et al.* (2002), por exemplo, concordam que a integração é um processo gradual, de adaptação, mas não de assimilação (em que o refugiado assimila a cultura local, em detrimento da sua), com várias dimensões e atores diversificados. CASTLES *et al.* (2002, pp.112-132), ainda destaca que “a integração não pode ser um processo hierárquico e nem unilateral, ao contrário, é um processo de mão dupla que requer adaptação por parte do recém-chegado, mas também pela sociedade que acolhe”.

A amplitude e a multilateralidade do processo de integração dificultam o conceito preciso do termo, mas, sem dúvida, a integração de um recém-chegado em uma sociedade ocorre em muitos níveis e em todos os setores da sociedade, envolvendo uma ampla gama de atores sociais (CASTLES *et al.*, 2002).

Crisp (2004) considera a integração local como um processo que resulta em solução durável e destaca que as dimensões dessa integração podem ser jurídica, econômica e social, envolvendo refugiado e comunidade acolhedora. Como o ACNUR, Crisp (2004) também acredita que as iniciativas dos refugiados e migrantes em busca de criar suas saídas e conviver com a comunidade acolhedora, ainda que fora do escopo das normas e leis, são um processo autêntico e pode vir a ser legalizado, ou seja, culminar na regularização e nacionalidade.

Para Hovil (2014, p. 379), para que haja integração local, na prática, ela precisa ocorrer local e nacionalmente, no nível da prática (integração *de facto*) e jurídico (integração *de jure*) para que o processo seja completo e legítimo (HOVIL, 2014, p. 379). Essa 'legitimidade' vai ser discutida em relação a quem legitima, se o Estado ou o próprio sujeito, no processo de subjetivação do seu 'status'.

Nesse sentido, analisando-se a situação do Egito, observa-se que um vasto processo de integração informal já se desenhou na prática no contexto local, porém não se sustenta porque está longe de um processo respeitado pelos órgãos da estrutura convencional (ACNUR, GE e outras Organizações parceiras que formam a estrutura de proteção e assistência ao refugiado no Egito) que garanta mobilidade, liberdade e autonomia na estadia de longo prazo (GRABSKA, 2006).

Os sírios têm criado e aplicado estratégias e práticas de sobrevivência e com isso têm garantido sua participação na transformação social, econômica e política das comunidades egípcias onde se instalaram, mesmo assim, permanecem negligenciados numa vida de provisoriedade e espera.

De acordo com Montaser (2019), os aspectos dessa integração são caracterizados pela informalidade e se encaixam na descrição de Pascucci (2014), de instabilidade, provisoriedade e espera. Mesmo vivendo na informalidade, sob incertezas temporais e insegurança, os refugiados sírios autoassentados estão agindo diariamente, apesar da ausência de poderes legais, em busca de prover suas necessidades básicas, como moradia mais barata, educação, saúde e trabalho, particularmente os não registrados e em condições sociais de vulnerabilidade (UNHCR, 2018). Conforme Pascucci (2014), essa agência diária, dentro desse 'tempo suspenso' e 'tempo interrompido', evita ou minimiza a espera; promove vínculos afetivos e conexões sociais tanto entre os sírios quanto entre eles e a comunidade acolhedora, caracterizando um processo de integração local.

Pascucci (2014, p.143) chama essa agência de “política do presente”, que emerge precisamente da experiência afetiva e material de viver ‘vidas provisórias’. Assim, o sírio tem desafiado o sistema formal, transformando sua realidade e se integrando na comunidade local e, como destaca Montaser (2019), desafiando a compreensão de fronteiras; legalidade e ilegalidade; formalidade e informalidade; e o político e o apolítico.

Essa integração caracterizada como *de facto*, contudo, não é suficiente, pois o refugiado não pode viver na invisibilidade ou à margem da sociedade para sempre. Nesse caso, faz-se necessário um processo, abertamente político e legal que resultaria no reconhecimento dessa agência do refugiado, como um ator político, social e econômico que vem protagonizando sua presença e participação no país. No entanto, a cidadania (nacionalidade), que deveria ser uma opção, tem sido continuamente evitada pelo GE, que prefere uma abordagem protecionista, evasiva e ambivalente (NORMAN, 2017)

Segundo Norman (2017), a política de migração egípcia é evasiva e ambivalente, quando o Estado egípcio não se posiciona política e legalmente, e se abstém do envolvimento direto com os refugiados e os solicitantes de refúgio, deixando as responsabilidades para o ACNUR. O sistema de proteção egípcio se encaixa no que Kagan (2011) chama de “*surrogate state*” (estado substituto), que surge em contextos de proteção ao refugiado em alguns países do sul global, quando o Estado delega ao ACNUR sua responsabilidade, negligenciando mudanças estruturais que deveriam acompanhar todo o processo de implementação da proteção. Esse comportamento gera um impasse entre governo, ACNUR, ONGs e refugiados, entre as demandas do sistema legal e a vida já estabelecida na irregularidade, que desafia o GE a melhorar o sistema de proteção interno.

Assim, faz-se necessário repensar soluções que transcendam a dicotomia do formal e informal; descriminalizem algumas ações autênticas vindas dos refugiados e comunidade local; e potencializem a parceria já existente com os atores e redes de refugiados sírios e moradores da comunidade acolhedora, envolvidos na dinâmica de integração; que ajudem ao ACNUR e ao GE a coordenar e a articular efetivamente atores de diferentes camadas, tornando o processo legítimo (MONTASER, 2019).

Banks (2019) critica a dicotomia entre informal e formal e propõe uma terceira via de análise e prática, que ve a informalidade como um cenário relacional e contextual em constante mudança. Assim, os agentes “informais” trabalham em uma agência para construção social alternativa, que vá além dos *templates* estruturais convencionais, e ajude criar possibilidades e mudanças que garantam sua sobrevivência.

Montaser (2019) sugere que interpretar a integração pelas lentes da “informalidade” desenvolvida na prática diária do refugiado amplia o entendimento de cidadania que transcende o status legal de residentes não

documentados e passa a vê-la como processo social e ação política, dentro das lutas sociais diária, em busca de direitos e garantia das necessidades básicas (PASCUCCI, 2014).

Nesse sentido, potencializar os mecanismos de sobrevivência dos refugiados e legitimar as iniciativas informais pode ser uma solução viável. Não somente regularizar, mas criar meios de aproveitar o conhecimento e a experiência gerada pelos próprios refugiados no processo (MONTASER, 2019). Ao contrário de violar e marginalizar, dar suporte às iniciativas já estabelecidas e implementadas com vínculos sociais que sustentam uma rede política, econômica, social e cultural entre as famílias sírias, outros refugiados e a comunidade local.

Montaser (2019) e Oliveira (2021) observaram, na Cidade/comunidade 6 de outubro, localizada no Cairo, como essas redes informais entre os refugiados são importantes e eficazes, ressaltando o potencial de conexão social e mudança que há nessas estruturas que organizam e ajudam os próprios refugiados, trazendo segurança, possibilitando aluguéis mais baixos, alternativas educacionais, empregos e negócios.

Portanto, são redes que ampliam as estratégias de sobrevivência, a busca por direitos e qualidade de vida, não sendo exatamente necessário passar pelas teias institucionais formalizadas do país acolhedor (Egito) e do ACNUR. No processo de acolhimento, eles “se viram” como podem nos maiores centros urbanos egípcios (MONTASER, 2017). O grande desafio é que, na maioria das vezes, essas redes e estratégias não são levadas em consideração como parte da solução e esses refugiados permanecem criminalizados, violados, invisíveis e negligenciados pelo GE e os outros atores parceiros.

Para Crisp (2004), é necessário reconhecimento e coordenação pois essa instabilidade legal, na prática, não estabelece estrutura durável. Montaser (2019) e Norman (2017) sugerem potencializar as iniciativas dos refugiados para diminuir os extremos entre formalidade e informalidade, além de que o GE precisa reverter sua política hierárquica, conservadora e ambígua, estendendo o diálogo entre os extremos.

Pacífico (2013) inclui elementos práticos para resolver essa exclusão e marginalidade, sugere que os atores devem trabalhar em parceria na criação de uma rede de interações que possa resultar em saídas muito mais eficazes para ampliação da proteção, criação de novas políticas públicas e legislações mais justas.

Dessa forma, para viabilizar esse diálogo, Pacífico (2013) sugere uma dinâmica de interrelação entre atores de diferentes níveis de poder, utilizado a interação como um modelo comunicativo da sociedade em rede, o que dialoga com as agências e com as necessidades dos sírios no Egito, que já vêm, na prática, dinamizando essa realidade.

No processo para criar essa conexão entre os extremos, Pacífico (2013) sugere que essa rede comunicativa seja liderada pelo ACNUR, que vai coordenar os atores de implementação, quais sejam, ACNUR, Estados, ONGs e refugiados [sírios]. Essa articulação poderia trazer resultados práticos positivos, inclusive a formulação do próprio sistema interno de políticas para refugiados.

Para tanto, é necessário incluir todos os atores, em contínuo diálogo, saindo do modelo tradicional, dicotomizado e hierárquico, nos quais leis e decisões vêm de cima para baixo (*top-down*). Isso seria um grande passo em direção a um processo de integração protagonizado pelos refugiados e legitimado pelo GE. Um modelo equitativo e mais justo, que talvez resulte em mais estabilidade e desenvolvimento nacional, do que medidas políticas protecionistas ou ambíguas (PACÍFICO, 2013; MONTASER, 2019).

Por fim, o governo egípcio pode resolver o impasse das soluções duráveis e melhorar suas políticas de migração nacional, mas, para isso, como enfatiza Pacífico (2013, p. 34), “o diálogo é a palavra-chave para um modelo comunicativo da sociedade em rede. A maneira de organizar os domínios dos parceiros de implementação (Estado, ACNUR, ONGS e refugiados), e otimizar os procedimentos de determinação de status do refugiado”.

Como ressalta a autora, o mais importante “é que todos os parceiros de implementação possam negociar efetivamente entre si, considerando sua importância dentro dos procedimentos de DSR”, que devem ser mais bem organizados para “construir pontes em vez de paredes.” (PACÍFICO, 2013, p. 28), e, assim, sair da ambiguidade, assumindo um engajamento que poderá trazer resultados positivos, ou melhor, uma política de migração mais justa e humanizada e um desenvolvimento mais sustentável para o país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os refugiados sírios enfrentam, desde a sua chegada ao Egito, a partir de 2011, uma falsa ideia de hospitalidade nacional e promessas de proteção e cuidado. Com as mudanças políticas, econômicas e sociais no país, entre 2012 e 2014, eles passaram a sofrer com vulnerabilidade social e econômica que afeta a sobrevivência, em mais de 10 anos vivendo em situação de refúgio. Desde então, eles vêm enfrentando limitações legais, como consequência de políticas evasivas e ambíguas e um acolhimento desordenado e mal gerido por parte do Governo Egípcio, que delega toda responsabilidade ao ACNUR.

Imerso nessa instabilidade, provisoriedade e espera, em uma burocracia que limita a luta pela sobrevivência diária, revela-se o caráter criativo e autônomo do refugiado sírio. Essa agência vem garantindo sua

participação social, política e econômica e transformando as comunidades acolhedoras em centros urbanos espalhados pelo país. Essas estratégias de sobrevivência garantem certa autonomia e agência ampliando seus laços sociais com a comunidade local e, ainda que informalmente, desenvolvem economicamente certas áreas do país.

Para discutir soluções nesse cenário, foi sugerido um olhar não convencional para a interpretação dessa estrutura de integração desenvolvida pelos sírios. Essa iniciativa pode resultar em políticas de soluções duráveis ‘de baixo para cima’, ou seja protagonizada pelos refugiados, e horizontalmente dinâmica e multidimensional. Esse olhar propôs abordar as iniciativas dos refugiados como estratégias positivas que podem contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais e do país acolhedor e para melhorar a qualidade de vida do próprio refugiado. Assim, na realidade do Egito, para diminuir os extremos entre formalidade e informalidade, e ampliar as ferramentas de inclusão dos atores de implementação, quais sejam O Estado, Acnur, ONGs em parceria com refugiados, bem como os atores comunitários locais, gerando seu próprio sistema interno de formulação de políticas.

Acnur junto com o GE, pode reverter suas políticas, programas e projetos, estendendo o diálogo com esses atores. Viabilizar o diálogo é de suma importância e cria uma dinâmica de interrelação com os atores e as instituições envolvidos (formais e informais). Essa medida se aplicaria, à princípio, potencializando o modelo comunicativo de sociedade em rede já desenvolvido pelo refugiado em seu contexto através das suas estratégias diárias para o autoassentamento, sendo coordenada,

As vantagens dessas medidas podem ser inúmeras: incluir os refugiados no processo de formação de políticas locais e nacionais, aliviará a sobrecarga das demandas concentradas no ACNUR, dando um passo em direção a um processo de integração protagonizado pelos refugiados e legitimado pelo GE. Assim, pode-se desenvolver um modelo equitativo e mais justo de integração local que traria mais segurança e menos risco de conflitos internos, bem como estabilidade e desenvolvimento nacional. Essas medidas seriam muito mais vantajosas para o GE, do que medidas políticas protecionistas e ambíguas que violam o direito humano.

Por fim, é fundamental que o Governo Egípcio enfrente a realidade e busque auxílio, assumindo seu papel como parceiro de implementação do regime de refugiados, ampliando suas políticas migratórias, potencializando a cooperação local, nacional e global e abrindo caminho para um possível desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

- AYOUB, M. KHALAF, S. Syrian refugees in Egypt: challenges of a politically changing environment, working paper **The Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**, AUC, n. 7. p. 01-33, 2014. Disponível em: <https://fount.aucegypt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6020&context=faculty_journal_articles>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- AZIZ A. N. Surviving in Cairo as a closed-file refugee: socio-economic and protection challenges. **Center for Migration and Refugees Studies (CMRS)**. AUC, n.10. p. 01-41, 2017. Disponível em: <<https://www.iied.org/10837iied>>. Acesso em: 05 jul. 2023
- BADAWY, T. Egypt and the 1990 Convention on the Protection of Migrant Workers. **CARIM-Analytic and Synthetic Notes**, Robert Schuman Centre for Advanced Studies and European University Institute, Cairo, p. 1-10, 2010. Disponível em: <<https://cadmus.eui.eu/handle/1814/14046>>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- BANKS, N.; LOMBARD, M.; MITLIN, D. Urban Informality as a Site of Critical Analysis. **The Journal of Development Studies**, v. 56, n. 2, UK, 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00220388.2019.1577384>>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- BAYAT, A. From 'Dangerous Classes' to 'Quiet Rebels', Politics of the Urban Subaltern in the Global South. **International Sociology AUC**, v.15 n.3, p.533–557., v.15 n.3, p.533–557. 2000.
- BIDINGER, S.; LANG, A.; HITES, D. K. Y. NOUREDDINE E.; AKRAM, S. Protecting Syrian Refugees: Laws, Policies, and Global Responsibility Sharing. **Boston University School of Law**. p. 73-93. 2014.
- CASTLES, S.; KORAC, M.; VASTA, E. VERTOVEC, S. **Integration: Mapping the field Report**. University of Oxford Centre for Migration and policy Research and Refugee Studies Centre, p.112-132, 2002.
- CRISP, J. The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis. **UNHCR -Work paper**, n.102, p.1-7. 2004. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/media/local-integration-and-local-settlement-refugees-conceptual-and-historical-analysis-jeff-crisp>>. Acesso em: 05 jul. 2023
- GRABSKA, K. Who Asked Them Anyway? Rights, Policies and Wellbeing of Refugees in Egypt. **Development Research Centre on Migration - Globalisation and Poverty**. Julho, 2006a

- GRABSKA, K. Marginalization in Urban Spaces of the Global South: Urban Refugees in Cairo. **Journal of Refugee Studies** v. 19, n. 3, p. 287-307, August, 2006b.
- HOVIL, L. Local Integration. In: QASMIYEH, E. F.; LOESCHER, G.; LONG, K. and SIGONA, N. (orgs). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**. Oxford University Press, 2014. p.488-98. Disponível em: <<https://www.rsc.ox.ac.uk/policy/oxford-handbook>>. Acesso em: 30 fev. 2022.
- HASSAN, M.. et al. **When Syria was in Egypt's Land Egyptians Cooperate with Syrians, but less with each other**. Faculty of Economics and Political Science, p.1-44. CU.2018. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3301484>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ISIN, E. F. Theorizing Acts of Citizenship. In. ISIN, Engin F.; NIELSEN, Greg M. (orgs.). **Acts of Citizenship**. Palgrave Macmillan, London: 2008. p. 15–43.
- JACOBSEN, K. Refugees and asylum seekers in urban areas: a livelihood perspective. **Journal of Refugee Studies**, v. 19 n. 3, p. 273-286, 2006.
- JACOBSEN, K. et al. Remittances to transit countries: The impact on Sudanese refugee livelihoods in Cairo. **Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**. AUC, School of Global Affairs and Public Policy, Cairo, n.3, p. 1-57. 2012
- KAGAN, M. We live in a country of UNHCR: The UN surrogate state and refugee policy in the Middle East. **UNHCR Paper** - New issues in refugee research, Cairo, n. 201, p.1-25.2011.
- MAHMOUD, M. M. **The economic and social integration of the Syrian migrants and refugees in El Rehab city in Egypt**. p.1-124 (Thesis Submitted to Master of Arts in Sociology-Anthropology) - Department of Sociology, Anthropology, Egyptology and Anthropology (SEA), School of Humanities and Social Sciences (HUSS), AUC, Cairo-Egito. 2017.
- MONTASER, M. S. Investigating self-settled Syrian refugees' agency and informality in southern cities greater Cairo: a case study. **Review of Economics and Political Science**. Department of Political Science, p. 1-18. Cairo, 2019. disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/REPS-10-2019-0137/full/>>. Acesso em: 05/06/2023
- NORMAN, K. P. **Reluctant Reception: Understanding Migration and Refugee Policy in Egypt, Morocco and Turkey**. 2017. p. 201. Tese (Doutorado). Department of Political Science, University of California, Irvine, 2017. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/4t07g3rh#author>>. Acesso em: 05/06/2023
- NYERS, P. No One is Illegal Between City and Nation, **Studies in Social Justice**. Canada, v.4, n.2, p.127-143, 2010.

PACÍFICO, A. M. C. P. **A network society communicative model for optimizing the Refugee Status Determination (RSD) procedures.** EDUEPB: João Pessoa. 2022.

PACÍFICO, A. M. C. P. A network society communicative model for optimizing the Refugee Status Determination (RSD) procedures. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 22-39, 2013.

PASCUCCI, E. **Beyond depoliticization and resistance:** refugees, humanitarianism, and political agency in neoliberal Cairo. 2014. p. 227. Tese (PHD) Human Geography. University of Sussex, Sussex, 2014.
Disponível em: <http://sro.sussex.ac.uk/cgi/facet/simple2?_action_search=Search&_order=bytitle&basic_srctype=ALL&_satisfyall=ALL&q=ELISA+PASCUCCI&_action_search=Search>. Acesso em: 05/06/2023

PUGH, J. D. Negotiating Identity and Belonging through the Invisibility Bargain: Colombian Forced Migrants in Ecuador. **University of Massachusetts**, v. 52 n.14. p. 1-33. Boston, 2018.

SAID, A. The Paradox of Transition to “Democracy” under Military Rule. **Social Research**, v.79, n. 2, p.1-38, 2014.

TURK, V. UNHCR’s supervisory responsibility. **New issues in refugee research. Research Paper 167.** Genève: UNHCR, 2002.

UNHCR EGYPT. All Region Refugees Overview. Map of Central Region Syrian Refugee Vulnerability. **Vulnerability Assessment Framework (EVAR)**, 2016.

UNHCR Egypt. **Regional Refugee & Resilience Plan-3RP.** Regional Strategic Overview. 2019-20.

UNHCR (2021) Global Trends Report: Forced Displacement in 2020. UNHCR: Geneve.

RESUMO

Os refugiados sírios que atualmente vivem no Egito estão sob um frágil sistema de proteção que os levou a se integrar informalmente. Esse artigo analisa aspectos estruturais da integração dos refugiados sírios no Egito, visando compreender sua agência autônoma e criativa, que fortalece a relação com a comunidade de acolhimento e resulta em um modelo peculiar de comunicação e articulação em redes entre atores locais (PACÍFICO, 2013) que, se bem compreendidos, pode contribuir para mudanças no modelo convencional de respostas aos refugiados em situação prolongada de refúgio.

Palavras-chave: sírios; refugiados; autoassentamento; informalidade; integração.

ABSTRACT

Syrian refugees currently living in Egypt are under a fragile protection system that has led them to integrate informally. This article analyzes aspects of the integration of Syrian refugees in Egypt, seeking to understand their autonomous and creative agency, which strengthened the relationship with the host community and resulted in a peculiar model of communication and articulation in networks between local actors (PACIFICO, 2013) that, if well comprehended, can contribute for changes in the conventional model of responses to refugees in protracted situation.

Keywords: Syrian refugees; self-settlement; informality; integration.